

CONV 351/02

WG II 15

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho II
Assunto:	Síntese da reunião de segunda-feira, 7 de Outubro de 2002, sob a presidência do Comissário António VITORINO

A sexta reunião do Grupo de Trabalho II (Carta/CEDH) teve lugar em 7 de Outubro de 2002, das 10h00 às 16h30, sob a presidência do Comissário António Vitorino.

1. Modalidades e consequências da eventual adesão da CE/UE à CEDH

O Presidente introduziu este ponto referindo que o projecto de relatório do Grupo que está a elaborar seguirá as linhas que expôs na sua intervenção oral em sessão plenária, no dia 3 de Outubro. Propôs-se sublinhar, no relatório, os dois pontos seguintes:

- A adesão à CEDH não conduzirá à alteração da repartição de competências entre a União e os Estados-Membros. O Grupo poderia recomendar o recurso a determinados instrumentos que garantam esse resultado, como, por exemplo, a inserção de um esclarecimento nesse sentido no fundamento jurídico que venha a autorizar a adesão e a inserção de uma disposição ou declaração sobre as competências limitadas da União no tratado de adesão. Daí resultaria que o alcance da adesão ficaria limitado ao actual âmbito de competências da União, e que só dentro desses limites poderiam decorrer "obrigações positivas" da CEDH.

- A adesão não afectará as posições nacionais dos Estados-Membros no sistema de Estrasburgo. Este facto seria garantido através de uma abordagem "por fases", segundo a qual a Convenção só deliberaria sobre a autorização constitucional da adesão, deixando ao Conselho, deliberando por unanimidade, a decisão sobre as modalidades de adesão, sobre o momento da adesão a protocolos adicionais e sobre as eventuais reservas da União. As reservas dos Estados-Membros não seriam afectadas pela adesão da União, uma vez que esta só produziria efeitos no âmbito do direito da União.

O grupo manifestou o seu acordo com a abordagem desenvolvida pelo Presidente.

2. Modalidades e consequências da eventual integração da Carta nos Tratados

– Análise de determinadas adaptações técnicas das disposições horizontais da Carta

O Presidente apresentou ao Grupo as suas propostas de compromisso (ver WD 23) relativamente às adaptações técnicas dos artigos horizontais da Carta (artigos 51.º e 52.º), concebidas em função da eventual integração da Carta como texto vinculativo.

A grande maioria dos intervenientes felicitou o Presidente pelas propostas de compromisso apresentadas. Esses intervenientes assinalaram a grande clareza e precisão das adaptações técnicas propostas, que seriam de molde a eliminar as ambiguidades jurídicas da Carta, que têm sido alvo de algumas críticas. Ao mesmo tempo, sublinharam que essas adaptações não comportariam qualquer alteração da substância da Carta. Alguns Membros assinalaram que lhes seria muito mais fácil, nesta base, convencer os respectivos governos e parlamentos nacionais a concordar com a integração da Carta nos tratados. Alguns Membros sublinharam que, do ponto de vista dos países candidatos, que não participaram na Convenção anterior, as alterações propostas seriam de grande utilidade para a futura interpretação das disposições da Carta pelos respectivos juízes nacionais, caso a Carta se torne juridicamente vinculativa.

Um Membro do Grupo manifestou a sua oposição às propostas de adaptação feitas pelo Presidente, argumentando que estas não respeitam o métodos de trabalho acordado pelo Grupo – que consistia em não alterar o texto da Carta –, que acabam por não acrescentar elementos jurídicos úteis e que algumas das cláusulas propostas, nomeadamente as regras de interpretação, não seriam dignas de um texto constitucional. O Presidente fez notar, a este propósito, que a análise de alterações técnicas às disposições horizontais da Carta fora entendido, desde o início, como fazendo parte do mandato do Grupo.

No termo de um trabalho de redacção baseado, designadamente, em propostas de alteração apresentadas por um dos membros, os membros do Grupo que estavam presentes na reunião – com a excepção de um membro, que manteve uma reserva – chegaram a acordo sobre uma versão ligeiramente alterada das adaptações redaccionais dos artigos 51.º e 52.º da Carta, bem como de certos elementos explicativos dessas adaptações, a incluir no relatório. Essas adaptações serão recomendadas ao Plenário, sob a forma de anexo ao relatório do Grupo.

Os membros do Grupo concordaram igualmente que seria conveniente acrescentar às "Anotações" do Praesidium da Convenção anterior as explicações fornecidas no relatório do Grupo a propósito das referidas adaptações, para que se possa dispor de "trabalhos preparatórios" para toda a Carta.

– A questão do n.º 2 do artigo 6.º do Tratado UE na versão actual

A maior parte dos intervenientes sublinhou que, na fase actual, e antes de se dispor de precisões sobre a futura estrutura do Tratado, seria prematuro apreciar definitivamente a utilidade de conservar ou não as referências às duas fontes de inspiração, actualmente contidas no n.º 2 do artigo 6.º do TUE. O debate demonstrou a existência de diferentes opiniões a este respeito, que já haviam sido expressas aquando da segunda reunião do Grupo (ver doc. CONV 203/02 WG II 07). O Grupo decidiu abster-se de fazer recomendações concretas sobre esta matéria e assinalá-la antes ao Plenário, que deverá abordar o assunto a par das modalidades concretas de integração da Carta.

3. Elementos a incluir eventualmente no projecto de relatório final do Grupo

O Presidente apresentou oralmente, de forma pormenorizada, os elementos que pensa incluir no seu relatório final. O Grupo procedeu a um debate no decurso do qual os membros manifestaram o seu acordo quanto à inclusão desses elementos, esclareceram alguns deles e evocaram determinados elementos adicionais a acrescentar ao relatório.

Ficou acordado que o Presidente distribuiria o projecto de relatório ao Grupo em 16 de Outubro, o mais tardar (mas que faria o possível por distribuí-lo já em 15 de Outubro), e que os membros poderiam enviar as suas reacções por escrito até 17 de Outubro. Com base nessas reacções, o Presidente procederá à revisão do projecto e apresentá-lo-á para aprovação na reunião de 21 de Outubro.